



Transparência governamental: uma análise bibliométrica e sociométrica de periódicos internacionais

Resumo: A transparência governamental busca aproximar e criar entendimentos pelos cidadãos das ações do governo, melhorando a qualidade da informação recebida por estes. A análise sobre a produção científica sobre este tema ajuda a compreender o debate e verificar as principais discussões. O objetivo desta pesquisa é analisar a produção científica internacional sobre a transparência governamental por meio de uma análise bibliométrica e sociométrica. Delineou-se esta pesquisa como um estudo descritivo, por meio de procedimentos documentais, sob uma abordagem quantitativa. Os artigos para a análise bibliométrica e sociométrica foram obtidos nos periódicos internacionais na base de dados *Scopus*, abrangendo o período de 2002 a 2016. As pesquisas sobre este tema têm se intensificado nos últimos anos, o que demonstra que esse assunto tem demonstrado relevância e é importante ser discutido. A maioria das publicações tem se concentrado em poucos periódicos. A sociometria indicou que existem 88 instituições e 126 autores ligados a estes estudos, sendo concentradas nas instituições University of Minho e Utrecht University, e nos pesquisadores Albert J. Meijer, Gregory Porumbescu e Stephan Grimmeliikhuijsen. Os principais pontos de discussão estão associados à Transparência Governamental, Transparência Fiscal, Governança Eletrônica, Governo Aberto e Lei de Acesso à Informação. Esta pesquisa confirmou as três leis da bibliometria, lei de *Zipf*, *Lotka* e *Bradford*. A transparência é um assunto dinâmico e complexo, envolve a interação entre diversos grupos, ainda precisa ser estudada e discutida, a mesma busca melhorar a eficiência na alocação de recursos, diminuindo a assimetria de informação existente entre os cidadãos e gestor público.

Palavras-chave: Contabilidade; Transparência; Divulgação; Bibliometria; Sociometria.

Linha Temática: Contabilidade Pública Governamental.



1 INTRODUÇÃO

A informação é fundamental em um ambiente democrático, já que as ações do governo devem ser transparentes e de conhecimento do povo, permitindo responsabilizá-los, cobrá-los e puni-los pelos atos que não melhorem as condições da sociedade (Cross, 1953). Dessa forma, é necessário o debate para a compreensão das vantagens e desvantagens da transparência do governo para entender a dinâmica e complexidade deste fenômeno (Bannister & Connolly 2011; Etzioni 2010; Grimmlikhuijsen & Welch 2012; Meijer 2009).

A transparência pode ser definida como a disponibilização de informações de forma contínua para as partes interessadas externas que serve para melhorar sua compreensão sobre o que o governo está fazendo (Meijer, 2013; Porumbescu, 2015). Apesar dos movimentos em direção a transparência, a abertura do setor público ainda é considerada uma condição crítica para a formulação eficiente de políticas e para a distribuição equitativa de recursos (Stiglitz, 2002).

Existem evidências que comprovam que a divulgação das informações é necessária, mas insuficiente para alcançar os objetivos do governo em termos de uma estratégia efetiva de abertura e transparência, o que poderia ter impacto na eficiência e valor público (Liu & Shrum, 2002; Piotrowsky & Van Ryzin, 2007). Os governos devem envolver os cidadãos nos processos de controle e governança, tentando entender quem são seus usuários e usuários potenciais, como eles devem ser atendidos e quais informações eles precisam (Kim & Lee, 2012). Assim, a aliança entre a transparência e o controle dos cidadãos pode ajudar a melhorar a alocação e eficiência das ações do poder público.

A transparência aproxima e cria entendimentos pelos cidadãos das ações de governo (Nye et al., 1997). A confiança dos cidadãos é balanceada pelos níveis de transparência, visto que a falta de divulgação de documentos sobre processos e desempenho do governo suscita a desconfiança da população (Blendon et al., 1997; Bok, 1997; Cook et al., 2010). Assim, a transparência do governo é construída através de interações complexas entre diversos atores políticos e sociais, dentro do conjunto de regras formais e informais, com a disponibilidade de uma variedade de tecnologias novas e em constante evolução (Meijer, 2013).

No Brasil, assim como em outras nações, a transparência visa aperfeiçoar o Estado Democrático de Direito, tornando mais clara a atuação dos gestores tanto em âmbito municipal como federal garantindo um direito já exposto no art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988 (Baldissera et al. 2017). Nesse sentido, a transparência assume papel fundamental na consolidação democrática e na sustentabilidade macroeconômica, por isso é evidente a importância de se conhecer as produções acadêmicas internacionais em relação a esse conhecimento (Zuccolotto, Riccio, & Sakata, 2014).

Dessa forma, considerando a dinâmica, complexidade e as melhorias na gestão pública que a transparência pode fornecer, tem-se como problema de pesquisa: **como se apresenta a produção científica internacionais sobre a transparência governamental?** Considerando o problema de pesquisa proposto, o objetivo da pesquisa é analisar a produção científica internacional sobre a transparência governamental por meio de uma análise bibliométrica e sociométrica.

Este artigo está delimitado a pesquisa nos periódicos internacionais base dados da *Scopus*, restringido nas áreas das ciências sociais, econômicas, econométricas, finanças, de negócios, gestão e contabilidade. A produção observada está compreendida no período de 2002 a 2016, somando o total de 15 anos de publicações, o que permitirá uma análise detalhada e aprofundada da produção relacionada a transparência, possibilitando conhecer as principais discussões sobre este tema.

Este artigo foi estruturado de modo que, na próxima seção, será realizada uma breve exposição sobre o que é a transparência, sua importância e algumas discussões acadêmicas



sobre o tema, além de expor sobre a bibliometria e sociometria. A metodologia é exposta na terceira seção, sendo evidenciado a tipologia de estudo, instrumentos de coleta e análise dos dados e as limitações da pesquisa. Na quarta seção são apresentados e discutidos os dados obtidos com a pesquisa. As considerações finais são apresentadas na quinta seção e buscam responder à pergunta de pesquisa, além de apresentar as limitações e sugestões para futuras pesquisas.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Transparência Governamental

A transparência governamental pode ser definida como a provisão de informações de forma contínua aos *stakeholders* externos de modo que estes possam utilizar para melhorar sua compreensão sobre as ações do governo (Meijer, 2013; Porumbescu, 2015). Por isso, a transparência é considerada de grande valor no governo como meio para reforçar a relação entre a administração pública e seus *stakeholders* externos (Cucciniello & Nasi, 2014).

Muitos governos estão adotando a liberdade de informação por lei e divulgando as informações (Cucciniello & Nasi, 2014). No entanto, apesar de diversos estudos afirmarem o aumento da transparência em vários graus de extensão e profundidade (La Porte, Demchak, & De Jong, 2002; Pina, Torres, & Royo, 2010), permanece a questão de quão eficaz é essa transparência (Cucciniello & Nasi, 2014).

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) tem sido ferramentas úteis na melhoria da divulgação das informações prestadas pelo governo, os governos devem utilizar vários recursos de transparência e responsabilidade em seus portais eletrônicos, posto que isso pode aumentar a confiança e legitimidade do público (Gant & Gant, 2002). No estudo realizado por West (2004) sobre o uso da administração em linha e da exposição dos gerentes às questões do governo eletrônico, concluiu que aqueles que visitam *sites* do governo federal aumentaram sua crença de que o governo é efetivo.

Apesar de se reconhecer a importância da transparência, os estudos têm demonstrado que a divulgação de informações é necessária, mas insuficiente, para alcançar os objetivos de um governo e que os cidadãos têm o direito de solicitar a divulgação de mais informações sobre atividades governamentais, se percebem o governo como uma entidade fechada (Liu et Al., 2002; Piotrowsky, 2007; Cucciniello & Nasi, 2014). Entretanto, se percebe que os cidadãos geralmente não estão interessados na definição do processo de tomada de decisão do governo e as decisões são tomadas sem considerar as preferências e as trajetórias requeridas, geralmente sendo conduzidas pelos critérios de eficiência e contenção de custos (Cucciniello & Nasi, 2014).

Assim, a participação cidadã indica várias vantagens, tanto para governos quanto para os cidadãos (Irvin & Stransbury, 2004), visto que o envolvimento dos cidadãos nos processos de decisão estratégica pode melhorar o processo de decisão e produzir benefícios de eficiência para toda a sociedade (Beierle, 1999; Randolph & Bauer, 1999). A cooperação dada por essa participação cidadã melhora a condução e escolhas das políticas públicas, mas esta só poderá ocorrer se a transparência permitir (Cucciniello & Nasi, 2014).

No estudo desenvolvido por Heald (2006), buscando esclarecer os conceitos e discussões sobre o tema, ele conceitua as direções da transparência em duas dimensões, dimensão vertical (para cima e para baixo) e dimensão horizontal (para dentro e para fora).

A dimensão vertical pode ser visualizada sob os pressupostos da relação entre agente-principal. Assim, a transparência é um mecanismo por meio do qual o principal pode exercer vigilância sobre as ações de um agente. Na dimensão horizontal, as ações dentro da estrutura de vidro deveriam ser observadas por quem está de fora, caracterizando um meio de vigilância eficiente das ações de quem está dentro (Hood, 2006). Assim, a transparência



“totalmente simétrica” ocorreria quando as quatro direções estão simultaneamente presentes (Heald, 2006).

Apesar de se obter diferentes conceitos a partir dos estudos encontrados na literatura, percebe-se que o significado ainda permanece fluido (Zuccolotto, 2014). Dessa forma, a transparência não deve ser vista apenas como uma ideia desenvolvida por filósofos, legisladores e funcionários públicos. Mais do que isso, é um objeto que suscita grandes debates entre políticos, governos, *stakeholders*, jornalistas, cientistas, cidadãos, etc.

A dinâmica complexa dessas interações entre os vários grupos precisa ser estudada para entender as formas específicas de transparência (Meijer, 2015). A dinamicidade e complexidade fornecida pelo tema sugere a avaliação da produção científica sobre o tema, a bibliometria e sociometria podem ser ferramentas úteis nessa avaliação.

2.2 Bibliometria e Sociometria

O conhecimento científico sobre um assunto específico pode ser expandido e desenvolvido a partir dos estudos em geral, este se trata do processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico (Santos, Leal, & Silva, 2014). A bibliometria e sociometria surgem como formas de se avaliar a produção científica sobre um determinado tema.

A bibliometria avalia as produções científicas de áreas específicas (Silva et al., 2012), por isso se trata de um recurso essencial na difusão da ciência. Esta técnica objetiva medir a influência de pesquisadores ou periódicos, possibilitando traçar o perfil e as tendências, evidenciando áreas temáticas de interesse de determinado assunto, bem como outras características peculiares sobre o assunto (Oliveira et al., 2013).

Já a sociometria analisa os pesquisadores e suas relações por meio de uma representação de um conjunto de nós (atores) e seus laços (relações sociais) (Granovetter et al., 1973). Este método auxilia na compreensão da interação entre pesquisadores e como se desenvolve a geração de conhecimento entre eles (Cunha, Toigo, & Piccoli, 2014).

A padronização dos procedimentos em estudos bibliométricos seguem três leis tradicionais: lei de *Lotka*, que parte do pressuposto que há um pequeno número de autores altamente produtivos sobre um assunto e uma grande maioria de autores menos produtivos; lei de *Zipf*, mensura a frequência de palavras, sendo a palavra-chave a que indica o nível de profundidade de discussão de cada assunto; lei de *Bradford*, identifica a dispersão de produção científica em periódicos voltados para determinados temas, visto que os periódicos voltados para um tema, normalmente apresentam publicações de maior qualidade para aquela área (Santos & Kobaschi, 2009). Isto posto, é necessário estabelecer procedimentos metodológicos que delineiam o desenvolvimento desta pesquisa.

3 METODOLOGIA

Considerando o objetivo desta pesquisa, foi desenvolvido uma pesquisa descritiva, visto que buscou-se analisar, comparar e descrever os resultados obtidos da produção acadêmica sobre transparência. Esta tipologia é utilizada para descrever um fenômeno social, evidenciando sua forma e estrutura, assim como as mudanças ocorridas ao longo do tempo (Gall, Gall, & Borg, 2007). Optou-se pela estratégia de coleta de dados documentais, já que os artigos foram obtidos a partir da base de dados da *Scopus*. Para abordar o problema de pesquisa, utilizou-se dos métodos quantitativos, visto que estes métodos utilizam instrumental estatístico na coleta e tratamento de dados, mas, não por isso, deixa de abordar de forma aprofundada os estudos sob análise (Raupp & Beuren, 2008).

Para a realização da análise dos artigos publicados sobre a transparência governamental, foi efetuado um estudo bibliométrico e sociométrico. Essa modalidade de estudos permite a aplicação da estatística para a análise de bibliografia, caracterizando-se em

um aspecto quantitativo da análise da produção científica (Fonseca, 1986). A análise de redes sociais procura analisar a interação entre autores e entidades, de modo a analisa-los a partir de um único esquema, o qual é representado por meio de figura, o que permite reconhecer tanto autores, como instituições centrais na pesquisa a respeito de determinado tema, evidenciando os respectivos vínculos existentes (Wasermann & Faust, 1994).

O universo pesquisado constitui-se dos artigos publicados em periódicos internacionais indexados na base de dados da *Scopus*, na categoria de áreas relacionados à “*Social Sciences*”, “*Economics, Econometrics and Finance*” e “*Business, Management and Accounting*”, compreendendo todas as publicações identificadas na base que contenham em seu título, resumo ou palavras-chave as expressões “*governmental transparency*”, “*government transparency*”, “*fiscal transparency*”, “*public transparency*”, “*political transparency*” e “*policy transparency*” no período de 2002 a 2016, somando o total de 15 anos. O filtro utilizado permitiu obter o total de 240 artigos. A partir da leitura dos resumos, introdução e conclusão destes artigos, foi identificado os artigos com pertinência sobre o tema transparência governamental. Esta seleção permitiu obter a amostra de pesquisa, a qual ficou limitada a 66 artigos.

Como se trata, também, de uma pesquisa bibliométrica, este artigo busca verificar a aplicação das Leis de *Lotka*, de *Zipf* e *Bradford*, as quais padronizam a análise desse modelo de pesquisa (Araujo, 2006).

Feita a leitura dos resumos, introdução e conclusão dos artigos selecionados, adotou-se como estratégia de pesquisa o fichamento adaptado do estudo de Oliveira e Boente (2012), o qual coleta informações a respeito dos autores, sendo a quantidade de autores, instituições vinculadas, ano de publicação periódicos, temas das pesquisas e citações, considerando a quantidade de vezes que o artigo foi citado, conforme a base de dados consultada. Além disso, buscando obter profundidade nas análises realizadas, identificou-se o objetivo, método e principais resultados da pesquisa.

A análise realizada foi feita a partir da tabulação dos dados em planilha eletrônica por meio do *software Microsoft Excel®*, coletando as informações referentes ao título, tema, objetivo, metodologia, principais resultados, ano da publicação, periódico, nome dos autores e vinculação acadêmica e citações dos artigos na referida base.

O desenho das redes sociais foi elaborado através do uso do *software UCINET® 6*, o que possibilitou a formação da representação em forma de figuras da interação entre autores. Efetuou-se a contagem da frequência de palavras, apresentando-a por meio de uma wordcloud, utilizando-se o *software NVIVO® 11*, o qual permitiu testar os pressupostos da lei de Zipf. Por fim, realizou-se a análise de similitude utilizando o *software Iramuteq®*, a qual baseia-se na teoria dos grafos e possibilita identificar as coocorrências entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura da representação (Marchand & Ratinaud, 2012).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Publicações e Citações

A análise da quantidade de publicações e citações é importante, visto que permite observar a evolução da produção de pesquisa sobre transparência governamental. A Tabela 1 demonstra o número de artigos por periódico no período de 2002 a 2016.

Tabela 1 – Número de artigos por periódico

Periódicos	2002-2004	2005-2007	2008-2010	2011-2013	2014-2016	Total
<i>Government Information Quarterly</i>			2		3	5
<i>Local Government Studies</i>		1		2	1	4
<i>Public Administration Review</i>				4		4

Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

<i>Public Administration</i>	1			1	1	3
<i>Communication Law and Policy</i>				2		2
<i>International Journal of Public Administration</i>					2	2
<i>International Studies Quarterly</i>	1	1				2
<i>Public Management Review</i>				1	1	2
<i>Revista de Administração Pública</i>				1	1	2
<i>Revista Espacios</i>					2	2
<i>World Development</i>			1	1		2
Demais Periódicos	1	3	3	11	18	36
Total	3	5	6	23	29	66

Fonte: Os autores (2017).

As publicações sobre este tema somaram o total de 66, as quais foram publicadas em 47 periódicos. Observa-se que 36 periódicos contam com apenas uma publicação, por isso que se resumiu na tabela para não a tornar extensa. Entretanto, observa-se que existe uma centralidade maior de publicar no periódico *Government Information Quarterly* com cinco ocorrências. Na sequência, os periódicos *Local Government Studies* e *Public Administration Review* também apresentaram um número mais elevado de publicações (4). Estes periódicos, portanto, se mostram relevantes para as pesquisas sobre transparência governamental, visto que concentraram maior número de pesquisas.

Este resultado confirma os pressupostos da lei de Bradford, em que se percebe uma grande dispersão de estudos sobre o tema, e concentrando um maior número em casos isolados (Santos & Kobaschi, 2009). Outra constatação, é que se observa um aumento no número de pesquisas na área, o que pode ser explicado pela tendência dos governos estarem adotando a liberdade da informação como lei (Cucciniello & Nasi, 2014).

De forma exemplificativa, tem-se a Figura 1, a qual demonstra a evolução das publicações sobre transparência governamental e a respectiva quantidade de citações no período de 2002 a 2016.

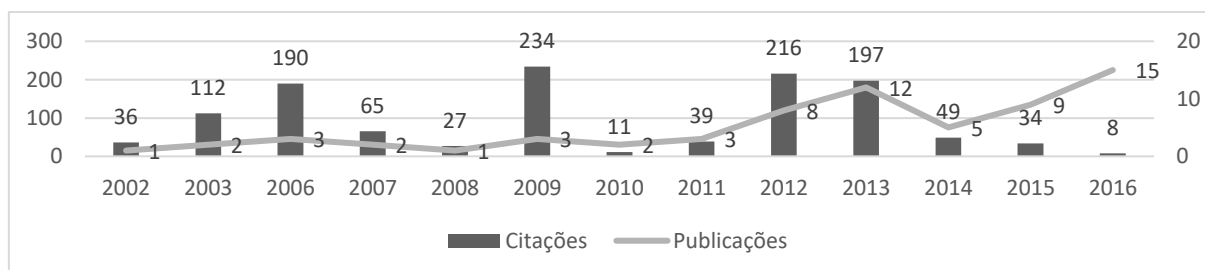


Figura 1 – Citações x publicações ao ano

Fonte: Os autores (2017).

Percebe-se que existe uma evolução alta no número de pesquisas publicadas a partir de 2012, ainda que não tenha se mostrado constante no número de publicações nestes últimos anos (2012 a 2016). Os anos de 2004 e 2005 não apresentaram estudos sobre o tema. Já os anos de 2013 e 2015, com 12 e 15 publicações, respectivamente, foram os anos com maior discussão e publicação sobre transparência, visto que está se dando maior importância ao tema de 2012 a 2016, com uma média de publicações de 8,2 por ano, enquanto a média de publicação dos anos de 2002 a 2011 foi de 2,1 por ano.

O grande número de pesquisas se justifica pela necessidade de discussão sobre o tema, já que apesar de diversos estudos perceberem o aumento de transparência nos diversos países, tanto em nível nacional como local, ainda permanece em discussão a questão da eficácia que a transparência praticada está provocando, permitindo profundidade (La Porte, Demchak, & De Jong, 2002; Pina, Torres, & Royo, 2010; Cucciniello & Nasi, 2014).

No que se refere a quantidade de citações por artigo, tem-se a Tabela 2 a qual demonstra os respectivos artigos e a frequência com que os mesmos são citados.

Tabela 2 – Citações por artigo

Título do artigo	Autor	Ano	Cit.
<i>Is Transparency the Key to Reducing Corruption in Resource-Rich Countries?</i>	Kolstad, I., Wiig, A.	2009	143
<i>Fiscal transparency, political parties, and debt in OECD countries</i>	Alt, J.E., Lassen, D.D.	2006	129
<i>Promoting transparency and accountability through ICTs, social media, and collaborative e-government</i>	Bertot, J.C., Jaeger, P.T., Grimes, J.M.	2012	109
<i>Perceptions of transparency of government policymaking: A cross-national study</i>	Relly, J.E., Sabharwal, M.	2009	87
<i>Fiscal Transparency: Concepts, Measurement and UK Practice</i>	Heald, D.	2003	58
<i>International Organizations and Government Transparency: Linking the International and Domestic Realms</i>	Grigorescu, A.	2003	54
<i>The Effect of Transparency on Trust in Government: A Cross-National Comparative Experiment</i>	Grimmelikhuijsen, S., Porumbescu, G., Hong, B., Im, T.	2013	54
<i>E-Government as an Instrument of Fiscal Accountability and Responsiveness: Do the Best Practitioners Employ the Best Practices?</i>	Justice, J.B., Melitski, J., Smith, D.L.	2006	51
<i>Developing and Testing a Theoretical Framework for Computer-Mediated Transparency of Local Governments</i>	Grimmelikhuijsen, S.G., Welch, E.W.	2012	46
<i>The Determinants of Local Government's Financial Transparency</i>	Guillamón, M.-D., Bastida, F., Benito, B.	2011	38
<i>Effects of Transparency on the Perceived Trustworthiness of a Government Organization: Evidence from an Online Experiment</i>	Grimmelikhuijsen, S.G., Meijer, A.J.	2014	37
<i>Fiscal Transparency, Gubernatorial Approval, and the Scale of Government: Evidence from the States</i>	Alt, J.E., Lassen, D.D., Skilling, D.	2002	36
<i>Why is transparency about public expenditure so elusive?</i>	Heald, D.	2012	35
<i>Determinants of corporate social disclosure in Spanish local governments</i>	García-Sánchez, I.-M., Frías-Aceituno, J.-V., Rodríguez-Domínguez, L.	2013	35
<i>Transparency of Intergovernmental Organizations: The Roles of Member States, International Bureaucracies and Nongovernmental Organizations</i>	Grigorescu, A.	2007	34
<i>Understanding the Complex Dynamics of Transparency</i>	Meijer, A.	2013	34
<i>Government transparency and policymaking</i>	Fox, J.	2007	31
<i>Fool the markets? creative accounting, fiscal transparency and sovereign risk premia</i>	Bernoth, K., Wolff, G.B.	2008	27
<i>The institutional, economic and social determinants of local government transparency</i>	del Sol, D.A.	2013	22
<i>Citizens, Legislators, and Executive Disclosure: The Political Determinants of Fiscal Transparency</i>	Wehner, J., de Renzio, P.	2013	19
<i>Budget Transparency in Local Governments: An Empirical Analysis</i>	Caamaño-Alegre, J., Lago-Peñas, S., Reyes-Santias, F., Santiago-Boubeta, A.	2013	13
<i>Big and Open Linked Data (BOLD) in government: A challenge to transparency and privacy?</i>	Janssen, M., van den Hoven, J.	2015	12
<i>A comparison of political, cultural, and economic indicators of access to information in Arab and non-Arab states</i>	Relly, J.E., Cuillier, D.	2010	11
<i>Local government transparency in East Central Europe</i>	Dowley, K.M.	2006	10
<i>Budget Slack, Institutions, and Transparency</i>	Rose, S., Smith, D.L.	2012	10
<i>The impact of functional decentralization and externalization on local government transparency</i>	Cuadrado-Ballesteros, B.	2014	10
<i>Fiscal Transparency: (Why) does your local government respond?</i>	Esteller-Moré, A., Polo Otero, J.	2012	9
<i>Data disclosure and transparency for accountability: A strategy and case analysis</i>	Lourenço, R.P.	2013	9
<i>The impact of open data in the UK: Complex, unpredictable, and political</i>	Worthy, B.	2015	6
<i>New development: Fiscal transparency in China—government policy and the role of social media</i>	Zhang, Q., Chan, J.L.	2013	5
<i>Government Transparency in Historical Perspective: From the Ancient Regime to Open Data in The Netherlands</i>	Meijer, A.	2015	5
<i>Evaluating the role of online data availability: The case of economic and institutional transparency in sixteen Latin American nations</i>	Murillo, M.J.	2015	5

Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

<i>Informing the Masses and Heeding Public Opinion: China's New Internet-Related Policy Initiatives to Deal with Its Governance Crisis</i>	Ding, S.	2009	4
<i>Government transparency and expenditure in the rent-seeking industry: The case of Japan for 1998-2004</i>	Yamamura, E., Kondoh, H.	2013	4
<i>La contribución de las TIC a la mejora de la transparencia administrativa</i>	Cerrillo-i-Martínez, A.	2012	3
<i>Fiscal Transparency, Fiscal Performance and Credit Ratings</i>	Arbatli, E., Escolano, J.	2015	3
<i>Local government transparency index: determinants of municipalities' rankings</i>	Araujo, J.F.F.E., Tejedo-Romero, F.	2016	3
<i>Shining the Light From the Inside: Access Professionals' Perceptions of Government Transparency</i>	Kimball, M.B.	2012	2
<i>Avaliação, informação e responsabilização no setor público</i>	Ceneviva, R., Farah, M.F.S.	2012	2
<i>Fiscal transparency at the chinese provincial level</i>	Deng, S., Peng, J., Wang, C.	2013	2
<i>Measuring Local Government Transparency</i>	Cruz, N.F., Tavares, A.F., Marques, R.C., Jorge, S., de Sousa, L.	2016	2
<i>Suspicion and Secrecy: political attitudes and their relationship to support for freedom of information</i>	Cuillier, D., Pinkleton, B.E.	2011	1
<i>Freedom of Information Law and Its Application in Indonesia: A Preliminary Assessment</i>	Butt, S.	2014	1
<i>Dificultades de la aproximación de la transparencia como una política de comando y control: experiencia chilena con los municipios</i>	Valdivieso, P., Bernas, J.	2014	1
<i>Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010</i>	Costa Bairral, M.A., Coutinho e Silva, A.H., dos Santos Alves, F.J.	2015	1
<i>Gobierno abierto y transparencia: construyendo un marco conceptual</i>	Sandoval-Almazán, R.	2015	1
<i>Assessing Public Preferences and the Level of Transparency in Government Using an Exploratory Approach</i>	Cucciniello, M., Bellè, N., Nasi, G., Valotti, G.	2015	1
<i>Factors influencing social media use in local governments: The case of Italy and Spain</i>	Guillamón, M.-D., Ríos, A.-M., Gesuele, B., Metallo, C.	2016	1
<i>Citizens' Use of Social Media in Government, Perceived Transparency, and Trust in Government</i>	Song, C., Lee, J.	2016	1
<i>Fiscal transparency puzzle and electoral institutions: applying a 3Ds approach for tracking the action cycle in Egypt</i>	Abdellatif, L., Hassan, M., Youssef, N., Zaky, M.	2016	1

* Os artigos sem nenhuma citação foram excluídos da tabela.

Fonte: Os autores (2017).

Neste grande número de pesquisas, existem algumas com maior número de citações e outras com menor, sendo que 16 artigos não apresentaram nenhuma citação. A pesquisa denominada “*Is Transparency the Key to Reducing Corruption in Resource-Rich Countries?*”, publicada em 2009, pelos autores Kolstad e Wiig e obteve 143 citações, sendo a mais citada desta amostra. Esta pesquisa trata sobre o tema corrupção, tem como objetivo analisar os principais mecanismos através dos quais a transparência pode reduzir a corrupção. Os autores concluem que a transparência é ferramenta útil no combate a corrupção, entretanto é insuficiente em si mesmo e precisaria ser complementada por outros tipos de políticas públicas.

Outra pesquisa que também é referência nos estudos desenvolvidos sobre o tema, é a pesquisa intitulada “*Fiscal transparency, political parties, and debt in OECD countries*”, dos autores Alt e Lassen, publicada em 2006, com 129 citações. A pesquisa trata sobre as questões que envolvem a transparência fiscal, e analisa se um maior grau de transparência fiscal está associada à menor dívida pública. Concluiu-se que o aumento na transparência fiscal se transforma em um elemento importante para melhorar o desempenho fiscal e que as instituições fiscais realmente afetam os resultados fiscais.

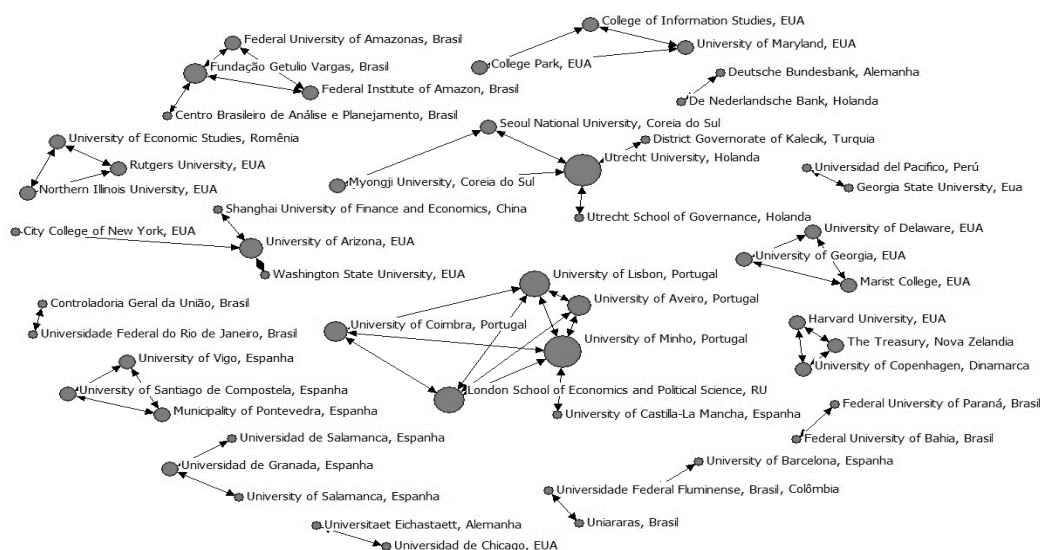
A terceira pesquisa mais citada, é a “*Promoting transparency and accountability through ICTs, social media, and collaborative e-government*”, publicada em 2012, dos autores Bertot, Jaeger e Grimes, com 109 citações. Esta pesquisa já aborda sobre a governança eletrônica. O objetivo do trabalho é examinar as formas como os governos

desenvolvem as mídias sociais e as tecnologias da informação e comunicação (TICs) nas iniciativas de transparência do governo eletrônico, para promover a colaboração com os membros do público e as formas em que os membros do público são capazes de empregar as mesmas mídias sociais para monitorar as atividades do governo. Esta pesquisa identifica iniciativas-chave, impactos potenciais e desafios futuros para o governo eletrônico colaborativo como meio de transparência.

Pesquisar sobre o tema da transparência não é comumente um assunto tratado e estabelecido nas discussões da área contábil e afins, mas tem-se percebido que as discussões estão aumentando em períodos mais recentes e por isso estes estudos estão começando a ser mais citados e publicados. Alguns estudos estão se consolidando no número de citações e se tornando referência sobre o tema. As pesquisas mais citadas que foram publicadas em 2012 e 2013 já tem demonstrado sua importância e demonstram uma das direções que a discussão está tomando. Os principais temas debatidos foram a corrupção, transparência fiscal, governança eletrônica e transparência governamental.

As pesquisas que investigam o tema da transparência governamental têm sido publicadas por diferentes instituições e autores. As instituições envolvidas nos estudos dessa temática somam o número de 88, estando localizadas entre diferentes países, como Portugal, Holanda, Reino Unido, Brasil, Estados Unidos, Dinamarca, Espanha, entre outros.

Diferentes instituições têm formado laços de cooperação para publicações. A rede entre as instituições fica evidente na Figura 2.



Fonte: Os autores (2017).

Esta rede de cooperação evidencia somente os laços formados, mas apesar de não estar representado, as instituições que não apresentaram nenhum laço, somam o total 36, aproximadamente 40% do total de instituições. Apesar disso, percebe-se que algumas destas tem se destacado e centralizado as redes com as demais, como é o caso da University of Minho de Portugal e a Utrecht University da Holanda.

Apesar de se observar 66 estudos, a rede de cooperação ainda não apresenta muitas ligações, muitas destas se isolam em si mesmas e não alcançam outras instituições. Por isso, além de observar estas redes, é importante identificar a quantidade de laços formados por essas cooperações. Assim, tem-se a Tabela 3, a qual divulga a quantidade de laços das instituições.

Tabela 3 – Quantificação de laços entre instituições

Instituições	Laços	Instituições	Laços
University of Minho, Portugal	5	Harvard University, EUA	3
Utrecht University, Holanda	5	University of Arizona, EUA	3
London School of Economics and Political Science, RU	4	University of Aveiro, Portugal	3
University of Lisbon, Portugal	4	University of Coimbra, Portugal	3
Fundação Getulio Vargas, Brasil	3	University of Copenhagen, Dinamarca	3

Fonte: Os autores (2017).

A Figura 2 demonstra que os laços não estão tão espalhados entre as instituições, por isso, percebe-se através da Tabela 3, que as duas instituições que demonstram centralidade, University of Minho e Utrecht University, somaram o total de apenas cinco laços. Este resultado demonstra que os laços entre estas instituições ainda são iniciais e pouco difundidos. Outras instituições também demonstram um número maior de laços, foram a London School of Economics and Political Science do Reino Unido e a University of Lisbon de Portugal. Estas instituições são representativas na discussão sobre transparência. Uma instituição brasileira também está entre as que formaram um número maior de laços, que é o caso da Fundação Getúlio Vargas.

Dentre estas instituições com maior número de laços, percebe-se que algumas delas são representadas por autores seminais sobre o tema. A Utrecht University, da Holanda, é representada pelos autores Stephan Grimmlikhuysen e Albert Meijer, os quais já publicaram mais de uma pesquisa e que tem se demonstrado como autores representativos sobre o tema, já que suas pesquisas são bastante referenciadas. Entretanto, a University of Minho, de Portugal, apesar de ter obtido cinco laços, os mesmos são formados por apenas duas pesquisas, e os autores vinculados a estas instituições não são tão representativos como a primeira instituição.

Da mesma forma que é importante analisar a cooperação entre as instituições, os autores também podem ser visualizados a partir de suas redes. Assim, tem-se a Figura 3, a qual demonstra as redes de cooperação entre os autores.

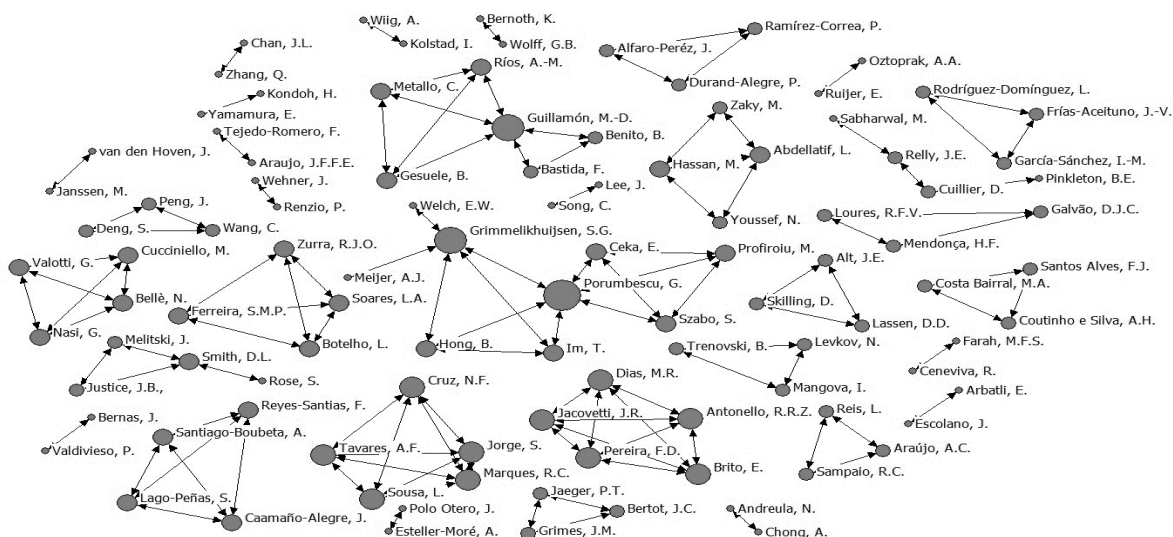


Figura 3 – Rede de cooperação entre autores

Fonte: Os autores (2017).

Na amostra analisada, 126 autores já publicaram pesquisas em periódicos internacionais a respeito da transparência governamental. As redes entre os autores são mais estabelecidas e difundidas do que as instituições, por isso, percebe-se que as mesmas estão mais espalhadas e foram um maior número de laços.

O autor que se mostra com característica de centralidade nas pesquisas sobre transparência governamental é Gregory Porumbescu. Este autor realizou as pesquisas “*The Effect of Transparency on Trust in Government: A Cross-National Comparative Experiment*” em 2013, e a pesquisa “*Linking Objective-Oriented Transparency to Political Leadership and Strategic Planning*” em 2016.

Outro autor representativo nessa amostra e que tem estabelecido mais de uma relação, se mostrando central em algumas pesquisas, é o Stephan Grimmelikhuijsen. O autor está associado a Utrecht University, também com maior quantidade de laços, o que demonstra sua relevância nas pesquisas sobre o tema.

Corroborando com a análise realizada a partir da Figura 3, tem-se a Tabela 4, que demonstra a quantidade destes laços entre os autores.

Tabela 4 - Quantificação de laços entre autores

Autores	Laços	Autores	Laços
Porumbescu, G.	6	Cucciniello, M.	4
Grimmelikhuijsen, S.	5	Dias, M.R.	4
Guillamón, M.-D.	5	Jacovetti, J.R.	4
Tavares, A.F.	4	Jorge, S.	4
Antonello, R.R.Z.	4	Marques, R.C.	4
Brito, E.	4	Pereira, F.D.	4
Cruz, N.F.	4	Sousa, L.	4

Fonte: Os autores (2017).

A Tabela 4 demonstra os autores com maior número de laços. Gregory Porumbescu foi o autor com maior número de laços, somando o total de seis, enquanto Stephan Grimmelikhuijsen e Maria-Dolores Guillamón foram o total de cinco laços, também sendo considerados representativos sobre o tema.

Assim, percebe-se que estes autores estão se estabelecendo como centrais nas pesquisas que discutem a transparência governamental. A Tabela 4 também divulga outros autores, não menos importantes, mas que formaram quatro laços. Além disso, dos 126 autores desta amostra, 22 deles, aproximadamente 17%, não formaram nenhum laço de cooperação nas suas publicações.

Expandido a análise de redes, para confirmar a centralidade de laços e também o número de publicações dos autores que mais produzem sobre o tema, tem-se a Tabela 5, a qual evidencia o número de publicações dos autores.

Tabela 5 – Quantidade de Publicações por autores

Autores	Quantidade Publicações	Autores	Quantidade Publicações
Albert J. Meijer	3	David Heald	2
Stephan G. Grimmelikhuijsen	3	Gregory Porumbescu	2
Alexandru Grigorescu	2	James E. Alt	2
Daniel L. Smith	2	Jeannine E. Relly	2
David Cuillier	2	Maria-Dolores Guillamón	2

Fonte: Os autores (2017).

Os autores que tiveram maior número de publicações foram Albert J. Meijer e Stephan G. Grimmelikhuijsen, o que confirma uma das centralidades percebidas com a Figura 3. Estes autores têm demonstrado relevância sobre o tema, se mostrando como referência para pesquisas futuras.

Outra constatação observada, é que nem sempre os autores que formam mais laços foram os que tiveram maior número de publicações, já que estas redes de cooperação foram formadas a partir de tão somente um artigo. Por isso, justifica-se analisar além da rede de cooperação, também o número de laços estabelecidos.

Esses resultados podem confirmar a lei de *Lotka*, a qual estabelece que a maior produção ocorre nas mãos dos que publicam pouco e que poucos publicam muito (Araujo, 2006), visto que apenas 11 autores, 8% do total, publicaram mais do que uma pesquisa. Está análise permite que futuras pesquisas sobre este tema possam visualizar alguns autores que mais discutem sobre o tema, indicando um autor de referência.

4.3 Áreas Temáticas

A análise dos temas é importante de se verificar visto que demonstra os principais pontos de discussão que tem sido abordado sobre as pesquisas que envolvem a transparência. Dessa forma, tem-se a Tabela 6, a qual divulga estes temas, e a quantidades de publicações respectivas.

Tabela 6 – Temas abordados

Tema do artigo	Quantidade de Publicações	%
Transparência Governamental	22	33,85%
Transparência Fiscal	16	24,62%
Governança eletrônica	4	6,15%
Governo Aberto	3	4,62%
Lei de Acesso à Informação	3	4,62%
Corrupção	2	3,08%
Orçamento	2	3,08%
Transparência	2	3,08%
Transparência Eletrônica	2	3,08%
Acesso à informação	1	1,54%
Controle da Gestão Pública	1	1,54%
Governança	1	1,54%
Regulação e Transparência	1	1,54%
Responsabilidade social corporativa	1	1,54%
Tecnologias da Informação e Comunicação	1	1,54%
Transparência das Organizações Intergovernamentais	1	1,54%
Transparência Financeira	1	1,54%
Transparência Política	1	1,54%
Total	66	100%

Fonte: Os autores (2017).

As questões de maior discussão sobre transparência, estão relacionados a Transparência Governamental, com 22 publicações, 33,85%, transparência Fiscal, com 16 publicações, 24,62%, Governança Eletrônica, com quatro publicações, 6,15%, Governo Aberto e Lei de Acesso à Informação, com três publicações cada um, 4,62%.

Portanto, o tema de maior discussão é a Transparência Governamental, isso pode ser justificado visto que este assunto é considerado de grande valor para ações do governo, e busca fortalecer a relação entre os gestores públicos e os interessados externos (Cucciniello & Nasi, 2014). A Transparência Fiscal analisa aspectos propriamente contábeis, econômicos e fiscais, e discutem os mecanismos de transparência associado a esses aspectos.

A Governança Eletrônica e o Governo Aberto também se discute já que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) tem se mostrado como ferramentas úteis na melhoria da divulgação de informações, as quais podem ser utilizadas para aumentar a confiança e legitimidade das ações do gestor público, diminuindo a distância percebida entre o agente e o principal (Gant & Gant, 2002). A Lei de Acesso à Informação se mostrou como um dos principais pontos de discussão, isso também se deve ao fato de que muitos governos estão adotando a liberdade de informação por lei para regulamentar a transparência e expor seus deveres e limites (Cucciniello & Nasi, 2014).

Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

Os 66 artigos foram submetidos à análise no software NVIVO 11®, em que foi possível criar uma *Wordcloud* de todas as pesquisas, representada na Figura 4.

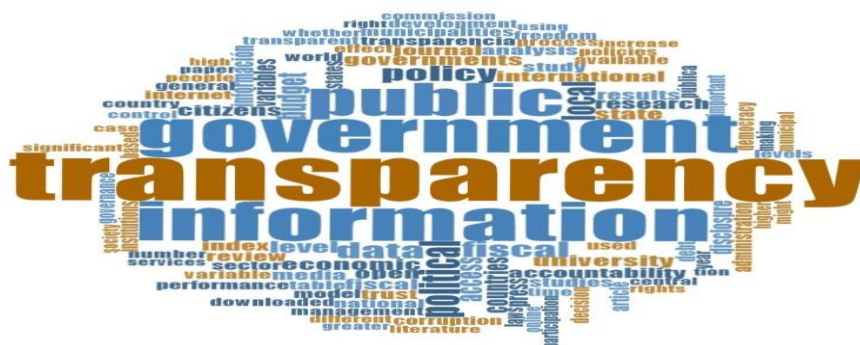


Figura 4 – Wordcloud

Fonte: Os autores (2017).

A *Wordcloud* gerada permite visualizar que as palavras que mais se repetiram nos estudos foram “Transparency”, “government”, “information”, “public”, “political” e “fiscal”. Portanto, isso reflete que as temáticas mais abordadas nos estudos de transparência estão relacionadas aos aspectos de transparência governamental, a informação, características políticas e aspectos fiscais. Esse resultado confirma as palavras-chave utilizadas e os temas centrais de cada pesquisa, demonstrando também em que aspectos que se relaciona a transparência.

Além disso, a Figura 4 permite confirmar a hipótese trazida pela lei de Zipf, já que foi possível observar que com a frequência de palavras que mais se repetiram, são os temas centrais de discussão do assunto.

Corroborando com a *Wordcloud*, realizou-se a análise de similitude buscando verificar as conexões entre as palavras para identificar sua estrutura de representação (Marchand & Ratinaud, 2012). A análise de similitude é apresenta na Figura 5.

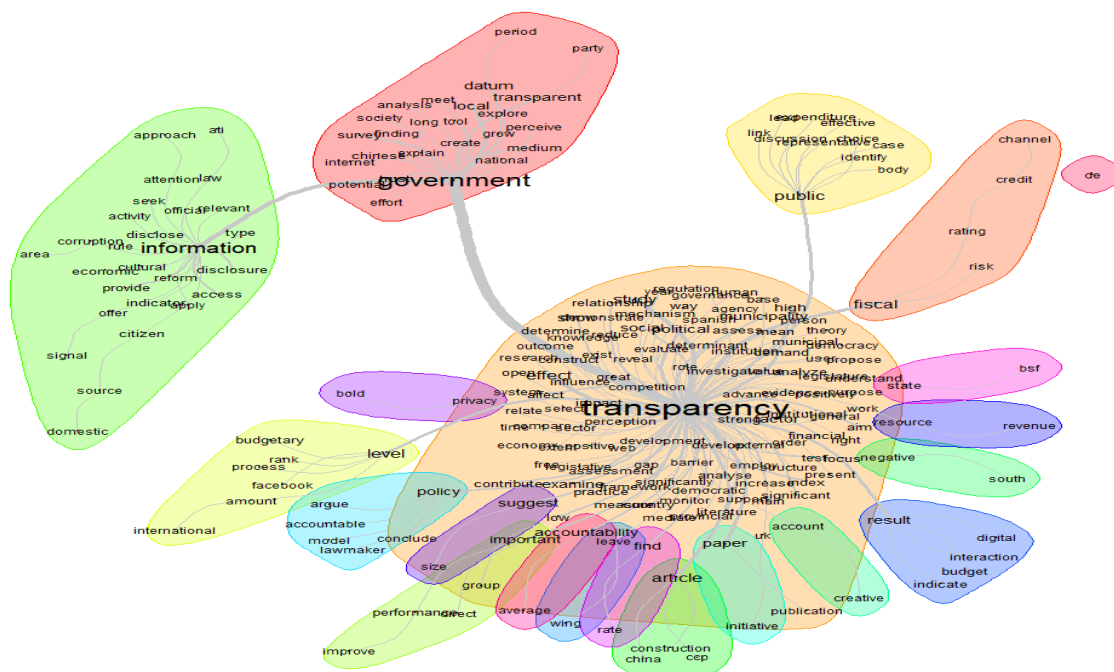


Figura 5 – Análise de Similitude

Fonte: Os autores (2017).



A Figura 5 permitiu visualizar as coocorrências entre as palavras e indicações da conexidade entre os termos: *transparency, information, government, public, fiscal, level, important, policy* etc, o qual auxilia identificar a estrutura de campo representacional dos fatores associados à transparência.

Conforme a árvore de coocorrência, os resultados indicam que a transparência está principalmente relacionada à: informação, considerando que a transparência reflete a divulgação e liberdade de informação; governo, já que é este ente permite a divulgação da informação, já a posse é do governo, mas a propriedade das informações é do povo, suas ações que refletem a transparência; “*public*”, a transparência é uma das características da publicidade, a informação é pública, não mais sigilosa; fiscal, considerando as dívidas públicas, o risco, propriamente as características contábeis, econômicas e orçamentárias; entre outras. A análise de similitude visualiza os aspectos que influenciam a transparência, estes resultados são confirmados principalmente nos estudos que envolvem os determinantes da transparência.

Feita estas descrições e análises, a quais tiveram como objetivo analisar a produção científica internacional sobre a transparência governamental, a próxima seção realiza as considerações finais deste estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar a produção científica internacional sobre a transparência governamental por meio de uma análise bibliométrica e sociométrica no período de 2002 a 2016 na base de dados *Scopus*. Por meio de uma pesquisa descritiva, abordando o problema de forma quantitativa, utilizando-se de procedimentos documentais, alcançou-se o objetivo proposto.

O estudo conclui que os debates têm se intensificado nos últimos anos, visto a necessidade de se perceber as vantagens e desvantagens da transparência do governo, além de explorar e entender melhor a complexidade deste fenômeno (Bannister & Connolly 2011; Etzioni 2010; Grimmeliikhuijsen & Welch 2012; Meijer 2009). A transparência demonstra seu valor, e reforça a relação entre a administração pública e seus cidadãos (Cucciniello & Nasi, 2014).

As pesquisas estão concentradas em 36 periódicos. O periódico de maior destaque e publicações foi o *Government Information Quarterly*, com cinco publicações, seguido pelos periódicos *Local Government Studies* e *Public Administration Review*, com quatro publicações cada um. Esta pesquisa confirma os pressupostos da lei de *Bradford*, visto que se percebeu uma grande dispersão de estudos sobre o tema, concentrando um maior número de pesquisas em periódicos específicos (Santos & Kobaschi, 2009).

A pesquisa com maior número de citações foi “*Is Transparency the Key to Reducing Corruption in Resource-Rich Countries?*”, publicada em 2009, pelos autores Kolstad e Wiig conteve 143 citações. Essa pesquisa tem se mostrado como uma referência, contribuindo nas discussões posteriores sobre a transparência. Pesquisar sobre o tema da transparência não é comumente um assunto tratado e estabelecido nas discussões da área contábil e afins, mas já percebe-se que o número de trabalhos aumentou nos últimos anos, inclusive trabalhos de grande relevância como as pesquisas: “*Fiscal transparency, political parties, and debt in OECD countries*” e “*Promoting transparency and accountability through ICTs, social media, and collaborative e-government*”.

Diversas instituições estiveram envolvidas nestas pesquisas, ao todo, somaram o número de 88 instituições, sendo localizadas em diferentes países. Das instituições ligadas aos autores que pesquisaram sobre transparência, 60% delas estabeleceu redes de cooperação. A



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

University of Minho de Portugal e a Utrecht University da Holanda, foram as duas instituições que centralizaram maior número de cooperações (5 laços).

Da mesma forma, 126 autores publicaram pesquisas em periódicos internacionais a respeito da transparência. O autor Gregory Porumbescu foi o que centralizou o maior número de cooperações (6 laços) com demais pesquisadores, por isso tem se mostrado um importante pesquisador neste tema. Outro autor de destaque, é Stephan Grimmelikhuijsen, associado à Utrecht University, que se mostrou presente em mais de um pesquisa, formando 5 laços. Corroborando com esta análise, tem-se que os autores que tiveram maior número de publicações foram Albert J. Meijer e Stephan G. Grimmelikhuijsen, com três publicações cada um. A análise realizada sobre os autores permitiu confirmar também a lei de Lotka, já que o maior número de produções ocorreram com aqueles que publicam pouco e que poucos publicam muito (Araujo, 2006).

No que se refere ao tema das pesquisas, as questões de maior discussão são a Transparência Governamental (33,85%), Transparência Fiscal (24,62%), Governança Eletrônica (6,15%), Governo Aberto (4,62%) e Lei de Acesso à Informação (4,62%). Percebeu-se que a discussão tem tratado sobre a relação entre os gestores públicos e cidadãos, as TIC como ferramentas de divulgação das informações e os avanços legais que normatizam e estabelecem regras para a transparência (Gant & Gant, 2002; Cucciniello & Nasi, 2014). Além disso, a *Wordcloud* e a análise de similitude permitiu confirmar a Lei de Zipf, demonstrando os aspectos centrais de discussão e como eles se associam (Santos & Kobaschi, 2009).

Portanto, a transparência é um assunto dinâmico e complexo, envolve a interação entre diversos grupos e ainda precisa ser estudado e discutido, nos seus diferentes contextos, sempre observando a realidade que se busca explicar, já que a mesma almeja melhorar a eficiência na alocação de recursos, diminuindo a assimetria de informação existente entre os cidadãos e gestor público (Cucciniello & Nasi, 2014; Bairral, Silva, & Alves, 2015; Meijer, 2015).

Este estudo preenche uma lacuna no tema relacionado à transparência ao apresentar os principais autores, principais instituições, linhas de pesquisa e a quantidade de produção elencada no período, uma vez que outros estudos não fizeram a análise das produções científicas sobre este tema. Essa pesquisa restringe-se a expressar as características deste determinado grupo que se desejou conhecer o que limita a análise, a características desse conjunto dos artigos selecionados, não representando outras realidades.

Percebeu-se que a produção e discussões estão aumentando, a transparência tem se tornando ponto de interesse e está sob o olhar de diversos pesquisadores, sugere-se acompanhar a evolução destes estudos em pesquisas futuras, além de mudar a abrangência de estudos a serem considerados, como os publicados em congressos, outras bases e também em periódicos nacionais. Outra sugestão é realizar uma revisão teórica sobre a tema, o que pode permitir maiores detalhes dos debates sobre a transparência.

REFERÊNCIAS

Araujo, C.A. (2006). Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Revista em Questão*, 12(1), 11-32.

Baldissera, J. F., Fiirst, C., Defaveri, I. R., & Folador, E. L. Transparência na gestão pública: aplicação da LAI no município de Cascavel sob a abordagem da Teoria Contingencial. *Revista Competitividade e Sustentabilidade*, 4(1), 47-62.



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

Bannister, F., & Connolly, R. (2011). The trouble with transparency: a critical review of openness in e-government. *Policy & Internet*, 3(1), 1-30.

Beierle, T. C. (1999). Using social goals to evaluate public participation in environmental decisions. *Review of Policy Research*, 16(3-4), 75-103.

Blendon, R. J., Benson, J. M., Morin, R., Altman, D. E., Brodie, M., Brossard, M., & James, M. (1997). Changing attitudes in America. In *Why people don't trust government*, ed. J. Nye, P. Zelikow, and D. King, 205-16. Cambridge, MA: Harvard Univ.

Bok, D. (1997). Measuring the performance of government. In *Why people don't trust government*, ed. J. Nye, P. Zelikow, and D. King, 55-75. Cambridge, MA: Harvard Univ.

Cross, H. L. (1953). *The people's right to know: Legal access to public records and proceedings*. Columbia University Press.

Cook, F. L., Jacobs, L. R., & Kim, D. (2010). Trusting what you know: Information, knowledge, and confidence in Social Security. *The Journal of Politics*, 72(2), 397-412.

Cucciniello, M., & Nasi, G. (2014). Transparency for trust in government: How effective is formal transparency?. *International Journal of Public Administration*, 37(13), 911-921.

Cunha, P. R.; Toigo, L.; & Picolli, M. R. (2014). Produção Científica sobre Comitê de Auditoria: uma análise bibliométrica e sociométrica de periódicos internacionais. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 8(1): 26-46.

Etzioni, A. (2010). Is transparency the best disinfectant?. *Journal of Political Philosophy*, 18(4), 389-404.

Fonseca, E. N. (1986). *Bibliometria: teoria e prática*. São Paulo: Cultrix.

Gall, M. D., Gall, J. P., Borg, W. R. (2007). *Educational research: an introduction* (8a ed.). Boston: Pearson/Allynand Bacon.

Gant, D. B., & Gant, J. P. (2002). Enhancing e-service delivery e-government series, state web portals: *delivering and financing e-service*: Pricewaterhouse Coopers endowment.

Granovetter, M. S. (1973). The strength of weak ties. *American journal of sociology*, 1360-1380.

Grimmelikhuijsen, S. G., & Welch, E. W. (2012). Developing and testing a theoretical framework for computer-mediated transparency of local governments. *Public administration review*, 72(4), 562-571.

Heald, D. A. (2006). Varieties of transparency. In: Hood, C. & Heald, D. A. (eds) *Transparency: The Key to Better Governance?* Proceedings of the British Academy 135. Oxford: Oxford University Press, 25-43.



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

Hood, C. (2006). Transparency in historical perspective. In: Hood, C. & Heald, D. A. (eds) *Transparency: The Key to Better Governance?* Proceedings of the British Academy 135. Oxford: Oxford University Press, 3–23.

Irvin, R. A., & Stansbury, J. (2004). Citizen participation in decision making: Is it worth the effort?. *Public administration review*, 64(1), 55-65.

Kim, S., & Lee, J. (2012). E-participation, transparency, and trust in local government. *Public Administration Review*, 72(6), 819-828.

La Porte, T. M., Demchak, C. C., & De Jong, M. (2002). Democracy and bureaucracy in the age of the web: empirical findings and theoretical speculations. *Administration & Society*, 34(4), 411-446.

Liu, Y., & Shrum, L. J. (2002). What is interactivity and is it always such a good thing? Implications of definition, person, and situation for the influence of interactivity on advertising effectiveness. *Journal of advertising*, 31(4), 53-64.

Marchand, P., & Ratinaud, P. (2012). L'analyse de similitude appliquée aux corpus textuels: les primaires socialistes pour l'élection présidentielle française (septembre-octobre 2011). Actes des 11eme *Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles*. JADT, 2012, 687-699.

Meijer, A. (2009). Understanding modern transparency. *International Review of Administrative Sciences*, 75(2), 255-269.

Meijer, A. (2013). Understanding the complex dynamics of transparency. *Public Administration Review*, 73(3), 429-439.

Meijer, A. (2015). Government transparency in historical perspective: from the ancient regime to open data in the Netherlands. *International Journal of Public Administration*, 38(3), 189-199.

Nye, Jr., P. D. Zelikow, & D. C. King (Eds.), *Why people don't trust government* (pp. 77–107). Cambridge, MA: Harvard University Press.

Randolph, J., & Bauer, M. (1999). Improving Environmental Decision-making Through Collaborative Methods. *Review of Policy Research*, 16(3-4), 168-191.

Santos, M. E.; Leal, E. A.; & Silva, D. A. (2014). Produção Científica em gestão de custos em hospitais uma análise nos principais eventos acadêmicos na área contábil no período de 2007 A 2011. *RAHIS*, 11(1), 42-57.

Santos, R. N. M.; & Kobashi, N. Y. (2009). Bibliometria, cientometria, infometria: conceitos e aplicações. *Tendências da Pesquisa brasileira em Ciência da Informação*, 2(1), 155-172.

Silva, A. P. F.; Nascimento, A. N.; Pinho, M. A. B.; & Falk, J. A. (2012). Estudo bibliométrico sobre custo em organizações da construção civil: contribuições do congresso



7º CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS
7º CONGRESSO UFSC DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE
TRANSPARÊNCIA, CORRUPÇÃO E FRAUDES



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

brasileiro de custo de 1996 a 2010. *Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*, Bento Gonçalves, RS, Brasil, 19.

Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2008). Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Contábeis. In I. M. Beuren (Org.). *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade*. (3a. ed). São Paulo: Atlas.

Oliveira, E. K. F.; & Boente, D. R. (2012). Análise bibliométrica da produção científica recente sobre contabilidade gerencial. *Revista Organizações em Contexto-online*, 8(15), 199-212.

Oliveira, S. C. M.; Sousa Barbosa, E.; Rezende, I. C. C.; Silva, R. P. A.; & Albuquerque, L. S. (2013). Bibliometria em artigos de contabilidade aplicada ao setor público. *Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*, Uberlandia, MG, Brasil, 20.

Pina, V., Torres, L., & Royo, S. (2010). Is e-government leading to more accountable and transparent local governments? An overall view. *Financial Accountability & Management*, 26(1), 3-20.

Piotrowski, S. J., & Van Ryzin, G. G. (2007). Citizen attitudes toward transparency in local government. *The American Review of Public Administration*, 37(3), 306-323.

Porumbescu, G. A. (2015). Using transparency to enhance responsiveness and trust in local government: Can it work?. *State and Local Government Review*, 47(3), 205-213.

Wasserman, S.; & Faust, K. (1994). *Social network analysis: Methods and applications* (8a ed.). Cambridge university press.

Zuccolotto, R. (2014). *Fatores determinantes da transparência do ciclo orçamentário estendido: evidências nos estados brasileiros*. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Universidade de São Paulo - SP.

Zuccolotto, R., Riccio, E. L., & Sakata, M. C. G. (2014). Characteristics of scientific production on governmental transparency. *International Journal of Auditing Technology*, 2(2), 134-152.